

VOLUNTARIADO COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA RESPONSÁVEL O CONTRIBUTO DA CARITAS

EUGÉNIO JOSÉ DA CRUZ FONSECA

Fonseca, E. J. C. (2010), Voluntariado como exercício da cidadania responsável. O contributo da Caritas. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 89-96

Sumário: Em Portugal, o voluntariado não é um fenómeno novo. Assistimos a uma realidade muito antiga mas reestruturada de forma diferente. Mesmo assim, ainda há muito por conhecer, nomeadamente, o número real dos que exercem esta missão e as áreas de actividade a que se dedicam. São várias as fontes que avançam com estatísticas, mas que não passam de uma visão parcelar e incompleta da realidade nacional. Perante a realidade conhecida, há que incentivar tudo o que se está a fazer para valorizar esta dimensão da cidadania. Os voluntários e voluntárias são uma mais-valia para a Caritas, na medida em que, no âmbito das suas competências, permitem-lhe preservar a sua identidade e tornar mais ampla a sua missão. Seria desejável que o Ano Europeu do Voluntariado seja uma oportunidade para o reforço do voluntariado em cada uma das organizações e, no conjunto, para as localidades em que estão inseridas e para o país em geral. O reconhecimento social do voluntariado será um sinal de esperança para o nosso tempo.

Fonseca, E. J. C. (2010), Volunteering as a practise of responsible citizenship. The contribution of Caritas. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 89-96.

Summary: In Portugal, volunteering is not a new phenomenon. We watch to a very old reality but restructured differently. Still, there is still much to be learned, namely, the actual number of those engaged in this mission and business areas in which they engage. There are various sources that go with statistics, but they are only a partial and incomplete view of the national reality. Given the known reality, we need to promote all that is being done to enhance this dimension of citizenship. The volunteers are an asset for Caritas, to the extent that, within its powers, allows Caritas to preserve the identity and make a broader mission. It is desirable that the European Year of Volunteering is an opportunity for the enhancement of volunteerism in each of the organizations and to the localities in which they operate and the country in general. The social recognition of volunteering will be a sign of hope for our time.

Eugénio José da Cruz Fonseca – Presidente Nacional da CARITAS.

Palavras-chave: Voluntários, Caritas, Ano Europeu do Voluntariado.

Key-words: Volunteers, Caritas, European Year of Volunteering.

1. O VOLUNTARIADO UMA REALIDADE MUITO ANTIGA

O Conselho de Ministros da União Europeia, declarou 2011, Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa. Trata-se de uma iniciativa muito oportuna e louvável, os objectivos que orientaram esta decisão. Criar melhores condições para o exercício do voluntariado, qualificar os voluntários e as suas organizações, reconhecer a acção desenvolvida pelos voluntários e motivar outros a fazer o mesmo, são metas que se espera virem a alcançar significativos benefícios para uma U.E. mais consentânea com os ideais que estiveram na sua origem (ou matríciais). Se isso for conseguido, não deixará de contagiar todo o espaço europeu, bem como outras regiões do Mundo.

Mas, o voluntariado não é um fenómeno novo. Desde que o ser humano existe que lhe foi inscrito na alma esta capacidade de doação aos outros. As formas como os indivíduos se têm organizado para colocar em prática a dádiva de si mesmos é que tem evoluído.

Em Portugal, perde-se no tempo a existência organizada do voluntariado. São antiquíssimas e profundas as suas raízes históricas e culturais. Talvez novo, neste fenómeno, não seja tanto a realidade e a sua dimensão social, mas a sua estruturação e

a sua institucionalização formalizada. Ou seja, durante muitos anos, o voluntariado exercia-se de forma fragmentada e atomizada, com uma clara tendência para a individualização de estratégias de participação. Assistimos, portanto, a uma realidade muito antiga mas reestruturada de forma diferente.

Todavia, ainda há muito por conhecer no que respeita ao voluntariado em Portugal, nomeadamente, o número real dos que exercem esta missão e as áreas de actividade a que se dedicam. São várias as fontes que avançam com estatísticas, mas que não passam de uma visão parcelar e incompleta da realidade nacional. Mesmo a identificação das características é feita a partir de análises empíricas. É com base neste tipo de análise, que se constata haver um forte pendor para a adesão a actividades mais pontuais, demonstrada pelos resultados, sempre excepcionais, das muitas campanhas de solidariedade. Este facto terá a ver com uma das dificuldades maiores com que o voluntariado institucionalizado se depara: a dificuldade que as pessoas, hoje, têm em assumir compromissos regulares que encontra na “falta de tempo” a sua principal justificação. Em tempos idos, era muito mais persistente a existência do chamado, agora, voluntariado de pro-

ximidade. Acontecimentos recentes com idosos e idosas, a viver em ambientes muito urbanizados, dão conta de como se está a dissipar esta prática. Nas zonas mais rurais poderão ainda existir resquícios deste tipo de solidariedade familiar e de vizinhança, mas, se nada se fizer para o reavivar, tende a desaparecer também e nota-se ser cada vez mais, fraco.

É verdade que, nas últimas décadas, tem vindo a aumentar o número de associações, especialmente, em áreas não tão tradicionais como o ambiente, a cultura e o desenvolvimento sócio-local. Mas há que questionar a essência das motivações que, por vezes, resultam, não tanto da iniciativa espontânea, mas da resposta a impulsos exteriores, bem como o grau de participação activa. A título de exemplo,

pode referir-se que qualquer sócio de uma organização não lucrativa é um voluntário no sentido pleno, mas é óbvio que não se pode identificar a figura social do voluntário com a de um mero associado.

Se tem sido crescente o número de associações nas áreas referidas, noutras o decréscimo é relevante. Refiro apenas duas áreas: as comissões de moradores e as de trabalhadores bem como o movimento sindical em geral. Razões para este enfraquecimento, poderemos encontrá-las na forte ideologização que muitas assumiram, assim como o seu grau de intervenção que se revela incomodativo para uma sociedade que privilegia a manutenção do *status quo*, preferindo funcionários ao invés de empreendedores.

2. DESAFIOS AO VOLUNTARIADO

Perante a realidade descrita, há que incentivar tudo o que se está a fazer para valorizar esta dimensão da cidadania, mas também não se devem olvidar os riscos que a mesma corre e os desafios que deve enfrentar para os evitar.

O primeiro e fundamental é a clarificação e assunção generalizada do conceito de Voluntariado. Há princípios que não podem estar fora de qualquer conceptualização que se vier a assumir. Indico aqueles que,

do meu ponto de vista, me parecem inalienáveis. O Voluntariado é o exercício livre, organizado, capacitado e não remunerado da solidariedade cidadã. *Livre*, porque nunca se faz por determinação legal, não se impõe, mas deve tornar-se uma forma de ser e de estar. Educa-se. *Organizado*, na medida em que a sua eficácia depende dos planos, objectivos e recursos que são definidos, em conjunto, e permitem a continuidade das acções. Não se efectiva, com qualidade, de

maneira isolada e esporádica. *Capacitado*, visto que não basta a boa vontade; tem que dotar-se de técnicas que, por muito elementares que sejam, preparem o voluntário ou a voluntária para realizar sua actividade de acordo com as suas capacidades e as tarefas a realizar. *Não remunerado*, porque não supõe qualquer compensação de ordem material. Assenta na total gratuitidade. Poderá ser ressarcido, se necessário, dos encargos que tem com a realização das tarefas desempenhadas, mas nunca pelo tempo despendido.

Solidariedade cidadã como expressão da sensibilidade humana, que impele a actuar para dar respostas a necessidades. Participação activa e responsável dos cidadãos na busca da cooperação, lutando e contribuindo para o bem-estar da comunidade e a qualidade de vida dos seus membros.

Porém, outros desafios se colocam. Enuncio alguns que, por serem tão objectivos, dispensam aprofundadas justificações. Desde logo, o exercício do voluntariado exige um conhecimento, tanto quanto possível, da realidade envolvente. Sem isso, corre-se o risco de as iniciativas não corresponderem às necessidades efectivas e os impactos não serem os esperados. Urge, também, motivar os mais novos. Não é que não seja meritório o envolvimento da nossa juventude em acções a favor de outrem, para a maioria, isso acontece conforme ra-

zões de força maior e não de maneira continuada. Basta analisar os dados disponíveis. Reitero que podem não corresponder à realidade mas, comparativamente, verifica-se uma fraca presença de gente nova nas nossas organizações de voluntariado.

A exigência na admissão e na prática do voluntariado é outros dos aspectos a não descurar. É preciso muita atenção às motivações para que elas não sejam paradoxais em relação aos princípios orientadores desta forma de estar na sociedade. Mesmo após a aceitação e concedido o estatuto de voluntário ou voluntária, há que acompanhar, com muito cuidado, a realização das tarefas confiadas. Apostar na formação inicial e contínua é o caminho. Como seria útil a criação de um Centro Nacional de Formação de Voluntariado que, de forma inovadora e descentralizada, apoiasse as organizações nesta responsabilidade. Da resposta eficaz a este desafio dependem as condições para assumir outra exigência, bastante determinante, que é a preservação da identidade e autonomia de cada organização. Perder de vista os valores subjacentes à missão, é subverter o ideário. Quando isso acontece, é mais fácil perder-se a independência. E a este propósito nunca é demais recordar que o Voluntariado é, intrinsecamente, pertença da sociedade civil, devendo o Estado, incluindo as autarquias, serem apenas agentes facilitadores.

É imperioso, ainda, evitar a elitização do Voluntariado como, outrora, aconteceu muito e que, nalguns sectores, ainda hoje acontece. Há que incorporar, nas diferentes organizações, as distintas classes sociais. Seria erróneo que alguém se visse privado de se realizar, como pessoa, na doação aos outros, só por não dispor dos recursos que, porventura, o âmbito da acção do seu agrado ou mais necessário à comunidade em que está integrado, viessem a exigir.

Abrir-se à cooperação com outras organizações públicas e particulares é outra das exigências incontornáveis. É imprescindível o trabalho em parceria, sob pena de se cair na auto-destruição. O trabalho em parceria não significa limitação da diversidade, pelo contrário, é desejável que esta continue a desenvolver-se. Pelo contrário, também se deve evitar a centralização pois é desejável o desenvolvimento das identidades e autonomias. Tem que ser significativa a consciência da identidade e da história, comuns e complementares, de cada domínio de actividade voluntária; a procura de caminhos de futuro, comuns e complementares; a congregação de esforços, em ordem ao reconhecimento, à expansão e à

qualificação permanentes do Voluntariado.

A Confederação Portuguesa do Voluntariado, como legítima representante dos voluntários e suas organizações, é a instância mais representativa e em melhores condições para dinamizar as parcerias, nacionais e internacionais, entre instituições congéneres e o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e para promover o relacionamento com os organismos públicos.

Por último, há que olhar para esta componente da cidadania, não como uma forma de assegurar a manutenção do “Sistema”, mas como agente privilegiado da transformação social. Com efeito, o contributo do voluntariado, no seu sentido pleno, não se pode restringir a acções de solidariedade primárias, nem à promoção da dignidade humana. Luta pela transformação da sociedade, tendo em conta o princípio fundamental da subsidiariedade. O compromisso com a justiça social, no sentido da não resignação, mas incentivando alterações estruturais positivas é a pedra de toque e a credibilidade tanto das pessoas voluntárias como das suas instituições.

3. O VOLUNTARIADO NA CARITAS

A Cáritas é uma instância típica e oficial da Igreja Católica para a pro-

moção da sua acção social. Conta com milhares de colaboradores, alguns dos

quais assalariados, mas, a maioria, dá o seu contributo de forma graciosa. É óbvio que em organizações como esta, mesmo os assalariados têm que ter uma motivação acrescida para as tarefas que lhes são atribuídas que não pode ser, apenas, a remuneração; a dedicação tem que ser maior. Os voluntários e voluntárias são também uma mais-valia, na medida em que, no âmbito das suas competências, permitem à Cáritas preservar a sua identidade e tornar mais ampla a sua missão.

Ao longo das mais de seis décadas da sua existência, o voluntariado tem tido diversas características e assumido múltiplas actividades. Dispõe de várias tipos de voluntariado: um mais *informal*, cuja colaboração se restringe a campanhas de solidariedade ou a acções de curta duração. Outro, designado por *regular*, ocupa-se, predominantemente, em tarefas de assistência que visam a resposta imediata aos problemas. É já significativo o número dos que se dedicam à promoção das pessoas em situação de desfavorecimento ou de exclusão social. Oferecem o seu tempo a actuar nas causas pessoais que estão na origem das dificuldades e agem no sentido de as superarem. Menos frequente é a participação de voluntários “nossos” em iniciativas que procurem criar condições para o desenvolvimento sócio-local, tendentes à melhoria das

condições de vida comunitária dos bairros ou zonas mais vulneráveis.

No respeito pelo princípio da universalidade, que faz com que a Cáritas esteja disponível para dar o seu contributo para a solução de todos os problemas, sem fazer acepção de pessoas, ajudando quem precise, independentemente da sua religião, cultura ou etnia, também acolhe a colaboração de quem quiser, através dela, ajudar a construir o bem comum. Não é, por isso, condição determinante para ser voluntário na Cáritas, professar a fé católica, mas tem que prosseguir os mesmos ideais humanos e respeitar os valores específicos da sua identidade cristã que tem na Caridade a sua principal matriz.

Dos voluntários e voluntárias da Cáritas espera-se que:

- se identifiquem com os destinatários da sua acção servindo, a todos sem excepção, mas dando preferência aos “últimos dos últimos”;
- que conheçam bem as suas capacidades e as coloquem, por inteiro, ao serviço dos outros. Uma das capacidades a ter ou a adquirir é a da *proximidade*. Fazer-se próximo é saber *ver*, sem passar ao lado, mas agir de imediato, tornando-se “salvador”;
- que tenham um sentido comunitário da sua missão, não prescindindo da colaboração de terceiros sejam eles da Cáritas ou de outras instituições que prosseguiam os mesmos ideais.

Só com a consciência de que não há problema, por muito pequeno, que se resolva, cabalmente, sem o contributo de outras instâncias, o que exige, de cada um, outro atributo fundamental que é o sentido da co-responsabilidade.

Tendo todos estes pressupostos em conta, a Cáritas pretende até 2012:

- intensificar a difusão de informações através dos meios de comunicação de que a Cáritas dispõe;
- a realização de encontros, visando o melhor conhecimento da natureza, história e potencialidades do voluntariado, bem como a motivação para a sua prática;
- o contributo para a sua organização e qualificação;

- eventualmente, a preparação de propostas a apresentar ao Governo, e a outras entidades competentes, para o reconhecimento e intensificação do papel do voluntariado na sociedade portuguesa;
- a regularização, junto do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, dos voluntários da Cáritas e de grupos paroquiais de acção social que reúnam condições para tal e estejam interessados.

A Cáritas Portuguesa e as Cáritas Diocesanas funcionarão como «organizações promotoras» do voluntariado, nos termos da legislação em vigor (Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, e Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro).

4. POTENCIALIDADES DO ANO EUROPEU DO VOLUNTARIADO

Seria desejável que o Ano Europeu do Voluntariado seja uma oportunidade para o reforço do voluntariado em cada uma das organizações e, no conjunto, para as localidades em que estão inseridas e para o país em geral. Essas oportunidades são fundamentalmente:

- despertar as consciências para uma maior e mais cuidada atenção aos outros, designadamente, aos concidadãos que vivem em situação de maior empobrecimento;
- impulsionar iniciativas mais criativas para responder às novas necessidades apresentadas por pessoas que nunca se confrontaram com a privação de recursos e são, agora, obrigadas a reelaborar os seus projectos mais básicos de vida;
- incrementar o voluntariado de proximidade, dadas as mais valias que têm neste contexto: são os vizinhos, os colegas de trabalho e os amigos dos amigos que mais facilmente detectam as situações de carência em que se encontram os seus conheci-

- dos e familiares, e melhores condições dispões de, com os próprios, encontrarem as soluções mais adequadas;
- aumentar o número de voluntários nas organizações, não só porque há pessoas que sentem as dificuldades dos outros e se disponibilizam para entrar em projectos de superação das consequências e causas da crise, como os afectados por ela optam por servir, de forma graciosa, a comunidade como forma de não perderem contacto com o mundo do trabalho e a organização de vida individual e social que o mesmo impõe;
 - contribuir para a criação de novos paradigmas de organização social e económica que não permitam a existência de crises como a actual e valorizem mais a pessoa como destinatário do desenvolvimento.

5. CONCLUSÃO

Na acção do voluntariado descobre-se, na sociedade, a existência de vidas humanas que necessitam e merecem ser tidas em conta. É no contacto directo com as pessoas excluídas que os voluntários e as voluntárias descobrem o primeiro impulso da sua acção que é, de certo, a compaixão não como um sentimento de pena e comiseração, mas como quem vê a realidade com os olhos do coração.

Uma das primeiras tarefas do voluntariado para a reconstrução da nossa sociedade deverá ser, por isso, a de tomar contacto com histórias de vidas, quase esquecidas, de sofrimento e luta, de negação da dignidade e da esperança.

Com a acção voluntária procura-se

ser fermento de uma acção social que, sem esquecer a justiça e as suas mediações, apela à misericórdia, à generosidade e gratuidade que só podem nascer do encontro e das relações humanas. Assim, e para evitar-se que seja a própria acção do voluntário ocasião de injustiça e de exclusão, é necessário “dar protagonismo” às pessoas a quem serve, sem substituir as capacidades delas por muito diminuídas que sejam.

O Voluntariado é, por conseguinte, o dinamismo dos que teimam em contrariar a linguagem utilitarista e individualista da nossa cultura. Assim, o reconhecimento social do voluntariado é um sinal de esperança para o nosso tempo.